



ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Resolução n.º 636/02

Sessão de 09/10/2002

2ª Câmara

Proc.: 1/0083/02 Auto de Infração.: 2/2001.07279

Recorrente: TRANSPORTADORA BEZERRA LTDA

Recorrido: CEJUL

Relator: Cons.º FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA

**EMENTA:** ICMS.TRÂNSITO. Mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal. Autuação Procedente. Contribuinte autuado na condição de responsável tributário, nos termos do artigo 21, II, c, do decreto 24.569/97. Recurso voluntário conhecido e não provido. Confirmada a decisão condenatória exarada em 1ª Instância. Decisão por votação unânime.

**RELATÓRIO**

Prende-se a presente autuação ao transporte de mercadorias - 900 pacotes de algodão e 40 caixas de cotton line - desacompanhadas da documentação fiscal pertinente. Base de cálculo: R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais). Artigos infringidos: Art. 16, I, b, 21, II, "c", 25, XIV, 140, 829 e 835, todos do decreto 24.569/97. Penalidade: Art. 878, III, "a", do RICMS.

O próprio autuado foi nomeado como fiel depositário das mercadorias, conforme Certificado de Guarda de Mercadorias - CGM (fls. 03), e requerimento de fls. 05.

A empresa autuada apresentou tempestivamente suas razões de defesa, conforme documento de fls. 10/14.

O curso do processo foi convertido em diligência para que fosse realizada pesquisa no mercado local do real valor das mercadorias, conforme solicitação de fls. 20.

Por meio do laudo de fls. 21, informou-se que o preço médio das mercadorias importava em R\$ 3.669,00 (três mil, seiscentos e sessenta e nove reais).

O processo foi julgado procedente em 1ª Instância, conforme documento de fls. 24/28.

O contribuinte inconformado com a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, interpôs recurso voluntário por meio do qual requereu a nulidade do auto de infração face a sua falta de clareza e precisão. No mérito, a improcedência, uma vez que as mercadorias estavam acompanhadas de documento fiscal.

A Consultoria Tributária por meio do parecer de fls. 41/43, opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto, no sentido de confirmar a decisão condenatória exarada em Primeira Instância.

A douta Procuradoria Geral do Estado adotou o referido parecer.

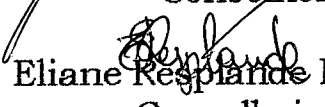
É o relatório.


## DECISÃO


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente TRANSPORTADORA BEZERRA LTDA, recorrido Célula de Julgamento de 1ª Instância, resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário negar-lhe provimento, no sentido de confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, nos termos deste voto e do parecer da douda PGE.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 03 de dezembro de 2002.


  
José Miltonio Colares de Melo  
Conselheiro

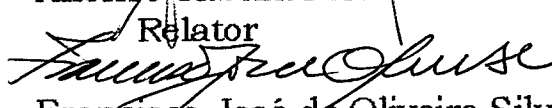
  
Eliane Resplande F. de Sá  
Conselheira

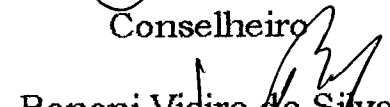
  
Eliane Maria de Souza Matias  
Conselheira

  
Adriano Jorge P. Vasconcelos  
Conselheiro

  
Nabor Barbosa Meira  
Presidente

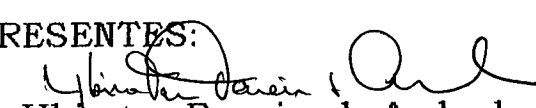
  
Affonse Taboza Pereira  
Relator

  
Francisco José de Oliveira Silva  
Conselheiro

  
Benoni Vieira da Silva  
Conselheiro

  
Antônio Luiz do Nascimento Neto  
Conselheiro

PRESENTES:

  
Ubiratan Ferreira de Andrade  
Procurador do Estado

Consultor Tributário

## **VOTO DO RELATOR**

Tratam os autos de transporte de mercadorias sem cobertura documental efetuado pela empresa Transportadora Bezerra Ltda, fato que contraria a legislação do ICMS - em especial - ao artigo 140, do decreto 24.569/97.

*O transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadoria ou de bem que não estejam acompanhados dos documentos fiscais próprios.*

Dessa forma, como a empresa transportadora deixou de observar a norma supratranscrita deve por força do artigo 21, II, C, do referido decreto responder pelo pagamento do crédito tributário.

*Art. 21 - São responsáveis pelo pagamento do ICMS:*

*II - o transportador, em relação à mercadoria:*

*C - que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal ou sendo este inidôneo.*

Assim sendo, tem-se que a infração descrita na exordial se subsume nas normas acima reproduzidas.

Quanto às alegativas do recorrente cabe-nos esclarecer que o relato do auto de infração é claro e preciso - transporte de mercadorias sem documento fiscal.

Quanto ao fato de se ter acostado aos autos a nota fiscal de fls. 17, isto não torna o lançamento insubsistente, porquanto a ação fiscal desenvolvida no trânsito de mercadorias é caracterizada pela instantaneidade, não se admitindo como válida a apresentação a posteriori de documento fiscal como se relativo a operação.

Isto posto, e escudado no parecer da douda Procuradoria Geral do Estado voto para que se conheça e se negue provimento ao recurso voluntário, no sentido de confirmada a decisão condenatória exarada em Primeira Instância.

É o voto.